

Simonsen diz que a hora é de ajustar e crescer

Dívida Externa

2 E JUL 1985

São Paulo — "A opção do Brasil não é entre ajustar-se e crescer. E ajustar-se e crescer". Essa foi a tese defendida pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, no painel de debates "Retomada Não Inflacionária do Crescimento", promovido pela Associação Comercial de São Paulo, com o apoio do Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais (Codimec). Segundo Simonsen, existem, no momento, diversos fatores que favorecem o crescimento da economia, mas, para que esse crescimento seja duradouro, é essencial que haja uma ativação do setor privado, via diminuição de taxa real de juros, que só poderá ser alcançada com cortes eficientes no déficit público.

"Não podemos continuar convivendo com taxas de crescimento da dívida interna muito maiores, do que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto", alertou o ex-ministro, informando que os investimentos necessários ao financiamento da retomada do crescimento não resistem à atual taxa de juros.

Simonsen iniciou sua palestra informando que iria analisar as possibilidades de crescimento da economia, com queda gradual da inflação, apenas porque "esta é a tese que, neste momento, tem maior número de adeptos" entre os economistas da Nova República. Ele frisou que preferiria estar discutindo medidas de choque, como as adotadas na Argentina, país que, na sua opinião, optou por uma solução imaginativa, cujos resultados começam a aparecer como bastante bons". De acordo com o ex-ministro, a inflação brasileira é inercial e, numa economia indexada, ela só pode ser rapidamente cortada com "soluções imaginativas deste tipo".

Para Simonsen, como este tema não está em pauta, as condições atuais da economia brasileira — grande capacidade ociosa e superávit comercial "empatado"

com os compromissos de amortização da dívida — possibilitam alcançar um crescimento de 5 a 6% ao ano, sem investimentos elevados. Entretanto, segundo ele, é preciso viabilizar fontes de financiamento para um crescimento a longo prazo. Como não existem, em sua opinião, possibilidades de aportes de poupança externa ao nível de anos anteriores e, como não se pode esperar muito dos esforços de atração de capitais de risco do exterior, pelo menos a curto prazo, o caminho, segundo o ex-ministro é estimular a poupança interna. "O governo conseguirá poupar, se cortar despesas. E a poupança privada deve ser estimulada, através de incentivos fiscais e de soluções criativas, como a previdência privada em suas diversas modalidades".

Também o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Adroaldo Moura da Silva, participou do painel e defendeu a tese de que, a despeito das enormes dificuldades de ajuste no setor público, "não será irresponsabilidade crescer e há um enorme espaço para que isso ocorra".

Para ele, existe uma grande diferença entre os riscos do crescimento no presente e os riscos de dez anos atrás. "A estrutura empresarial brasileira passou por uma mudança dramática nos anos 80. Até o fim da década de 70 existia um ambiente de alta proteção tarifária e abundância de créditos subsidiados. Hoje, o empresário quer viver com o menor comprometimento financeiro possível e tem ojeriza aos créditos subsidiados", analisou, manifestando otimismo sobre a essa situação. Outros fatores que levam o presidente da CVM a apostar na retomada não inflacionária do crescimento são: a existência de reservas da ordem de US\$ 8 bilhões; a queda da taxa de juros internacionais e, a hoje inevitável, queda no preço do petróleo.